Fernando Diniz retorna ao Vasco após 4 anos

Anúncio oficial foi feito nessa sexta-feira; técnico estreia contra o Lanús pela Copa Sul-Americana

Robson Albergaria

O técnico Fernando Diniz é o novo comandante do Vasco da Gama. O anúncio oficial da contratação foi feito nessa sexta-feira (9), após 11 dias de negociações. O treinador assinou contrato com o clube carioca até dezembro de 2026, selando seu retorno a São Januário, onde teve uma breve passagem em 2021.

O acordo entre as partes foi concluído na quinta-feira, um dia após a dura derrota por 4 a 1 para o Puerto Cabello, pela Copa Sul-Americana. A diretoria vascaína conseguiu reduzir a diferença entre o salário inicialmente proposto e o valor desejado por Diniz. A negociação também envolveu acertos referentes à multa rescisória do novo vínculo.

Ao lado de Diniz, chegam ao clube o preparador físico Wagner Bertelli, que o acompanha há vários anos, além de dois novos nomes: os auxiliares Ricardo Cobalchini e Evandro Fornari. Esta será a primeira vez que o técnico trabalhará com esses profissionais em sua comissão técnica.

Diniz estava sem clube desde 27 de janeiro, quando foi demitido do Cruzeiro após apenas quatro meses no cargo. Antes disso, teve uma passagem vitoriosa pelo Fluminense, onde conquistou a Copa Libertadores de 2023, a Recopa Sul-Americana de 2024 e o Campeonato Carioca de 2023. O treinador também comandou a seleção brasileira interinamente durante o segundo semestre do ano passado.

Desde a saída de Fábio Carille, demitido no último dia 27 de abril, após a derrota para o Cruzeiro, o Vasco foi dirigido interinamente por Felipe, que também atua como diretor do clube. Sob seu comando, a equipe empatou com o Operário e foi derrotada por Palmeiras e Puerto Cabello.

A contratação de Fernando Diniz já era vista como prioridade pelo presidente vascaíno, Pedrinho, que não negociou com outros nomes e tratou o técnico como "plano A" desde a saída de Carille.

RAFAEL RIBEIRO / VASCO

FERNANDO DINIZ estava sem clube há mais de 3 meses e assinou contrato com o clube carioca até dezembro de 2026

Diniz fará sua estreia à frente do Vasco na próxima terça-feira, diante do Lanús, na Argentina, em partida decisiva pela fase de grupos da Copa Sul-Americana. Para seguir com chances de classificação, o Cruz-Maltino precisa vencer e alcançar os mesmos oito pontos dos líderes do Grupo G.

PUBLICAÇÃO OFICIAL - 10/05/2025

CÂMARA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS

EDITAL DIV. Nº 16/2025

O Presidente da Câmara Municipal de Petrópolis, de acordo com o Processo Adm. Nº 465/2025 e conforme estabelece a Resolução n° 88/2016, COMUNICA que será realizada a Audiência Pública, no dia 19 de maio de 2025, às 19:00h, no Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, a fim de abordar assuntos sobre "a necessidade da instalação de uma Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (DEAM) no município de Petrópolis".
Informamos ainda que a mesma será transmitida, em tempo real, através do canal TV Câmara Municipal de Petrópolis no Youtube ou pela Speed Fiber nos canais: Digital 23.2 e analógico 98.

Petrópolis, 06 de maio de 2025.
Júnior Coruja
Presidente

ATA DA 44ª SESSÃO DO 1º PERÍODO LEGISLATIVO DE 2025

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e cinco, centésimo octogésimo segundo ano de Fundação da cidade de Petrópolis, no Salão Plenário da Câmara Municipal de Petrópolis, verificado o quórum e havendo número legal, às dezesseis horas e vinte e quatro minutos o Vereador Octávio Sampaio declarou aberta a presente Sessão com os seguintes dizeres: Feliz a nação cujo Deus é o Senhor. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Petrópolis damos início aos nossos trabalhos. Em seguida, solicitou o Vereador Thiago Damaceno que realizasse a leitura da ata anterior e do expediente. Realizada a leitura da ata anterior, esta resta aprovada. **EXPEDIENTE:** GP Diversos nº: 0279/2025 CMP (5436/2025); Projeto de Lei nº: 2469/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Projeto de Lei nº: 4955/2025 do Vereador Gil Magno; Projeto de Lei nº: 5347/2025 do Vereador Junior Paixão; Projeto de Lei nº: 5438/2025 do Vereador Dr. Aloísio; Requerimento de Informação n°: 5425/2025 da Vereadora Professora Lívia; Requerimento de Informação n°: 5435/2025 da Vereadora Júlia Casamasso; Indicação nº: 5415, 5440 e 5441/2025 do Vereador Carlos Alberto; Indicação nº: 5394 e 5402/2025 do Vereador Marquinhos Almeida; Indicação nº: 5400, 5401, 5403, 5412, 5413, 5414, 5420 e 5430/2025 do Vereador Júnior Coruja; Indicação nº: 5393, 5422, 5424, 5426, 5427, 5432, 5433 e 5434/2025 do Vereador Junior Paixão; Indicação nº: 5421, 5423 e 5431/2025 da Vereadora Gilda Beatriz; Terminada a leitura do Expediente o Vereador Thiago Damaceno solicitou a inversão de pauta e com a anuência dos demais Vereadores passou então à **ORDEM DO DIA**: Colocado em 2ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 2207/2024 do Vereador Fred Procópio; o Projeto foi aprovado com 10 votos; Registre-se a ausência do Vereador Carlos Alberto, do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja, da Vereadora Gilda Beatriz e do Vereador Wesley Barreto; Colocado em 1ª discussão e votação o Projeto de Lei nº: 2781/2025 do Vereador Thiago Damaceno; o Projeto foi aprovado com 11 votos; Registre-se a ausência do Vereador Marquinhos Almeida, do Vereador Dudu, da Vereadora Gilda Beatriz, do Vereador Júnior Coruja; Colocado em discussão e votação única da Indicação Legislativa nº: 1370/2025 do Vereador Junior Paixão; a Indicação foi aprovada com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Dudu e da Vereadora Gilda Beatriz; Colocado em discussão e votação única da Indicação Legislativa nº: 1372/2025 do Vereador Junior Paixão; a Indicação foi aprovada com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Dudu e da Vereadora Gilda Beatriz; Colocado em discussão e votação o Requerimento de Inclusão nº: 5449/2025 do Vereador Dr. Aloísio; o Requerimento foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Júnior Coruja, do Vereador Dudu e da Vereadora Gilda Beatriz; Colocado em discussão e votação o Pedido de Vista por uma sessão do GP Projeto de Lei nº: 0006/2025 CMP (5406/2025); o Pedido foi aprovado com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja e da Vereadora Gilda Beatriz; Registre-se que a sessão foi suspensa às dezessete horas e dezessete minutos; Registre-se que a sessão foi retomada às dezessete horas e vinte e sete minutos; Ato contínuo. Colocado em discussão e votação em bloco das Indicações nº: 0253, 0446, 0447, 0825, 0871, 0873, 1573, 1577, 1578, 2664, 2667, 2669, 2950, 2951, 2979, 3167, 3170, 3171, 3190, 3192, 3194, 4417, 4427, 4521, 4552, 4559, 4646, 5120, 5326 e 0103; as Indicações foram aprovadas com 12 votos; Registre-se a ausência do Vereador Dudu, do Vereador Júnior Coruja e da Vereadora Gilda Beatriz; Registre-se que o Vereador Gil Magno solicitou que consignasse em ata, pela ordem, uma manifestação que representa, ao mesmo tempo, um agradecimento e uma cobrança. Expressou grande preocupação, como morador do terceiro distrito, com as constantes publicações em redes sociais sobre os riscos associados à ponte do arranha-céu. Agradeceu à CPTRANS por ter atendido à solicitação de posicionar um agente no local, reconhecendo que apenas o monitoramento e a instalação de limitadores de altura de 4 metros não são suficientes. Já é a terceira ou quarta tentativa de instalar esse limitador, que foi derrubado em menos de 24 horas nas ocasiões anteriores. Atualmente, o dispositivo está novamente instalado, e está proibida a passagem de caminhões acima de 10 toneladas, pois a ponte necessita de manutenção urgente. Informou que já encaminhou pedidos tanto à DNIT quanto ao Governo do Estado e ao Prefeito Hingo Hammes, solicitando a duplicação da ponte. Ressalta que, durante o governo anterior, sob a gestão do excelentíssimo senhor Rubens Bomtempo, o acordo para essa duplicação já estava em andamento. Ele torce para que a execução do projeto aconteça, uma vez que toda a tramitação e documentação foram realizadas na gestão passada. Enfatiza a necessidade de celeridade por parte dos responsáveis pela obra. A comunidade e os usuários da ponte seguem clamando por essa intervenção. Agradeceu à CPTRANS por já ter colocado agentes no local, exercendo o papel de orientar os motoristas, especialmente os que tentam desviar os caminhões, já que o limitador de altura continua sendo danificado. Caminhoneiros desatentos não respeitam o equipamento, buscando encurtar caminhos devido a pedágios. Aproveitando a temática da mobilidade, manifestou preocupação com a situação da via Geni Gomes, que liga o bairro Santa Mônica à saída da ponte do Castelo e à região de Itaipava. A via encontra-se em condições precárias. Ele afirma que acompanhará a tramitação da indicação aprovada na Casa e informa que as obras já começaram, com a construção de canaletas item essencial, pois anteriormente o material aplicado era levado pela água das chuvas. Acredita que em breve a via estará concluída e continuará cobrando do Governo Municipal e do Secretário de Obras, Maurício para que atenda à comunidade com a devida pavimentação da Geni Gomes. Terminada a **ORDEM DO DIA** o Senhor Presidente, passou a palavra aos Senhores Vereadores inscritos para fazer uso da tribuna, convidando assim a primeira Vereadora: **1) PROFESSORA LÍVIA, PCdoB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Relatou que mais uma vez, subiu à tribuna para tratar dos direitos trabalhistas de profissionais da educação. O gabinete tem recebido diversas denúncias relacionadas à contratação de trabalhadoras e trabalhadores terceirizados. Na data de ontem, por exemplo, muitas diretoras receberam mensagens informando sobre a necessidade de demitir auxiliares de serviços gerais e cozinheiras. Já se tem conhecimento de que algumas escolas e centros de educação infantil resistiram às demissões, enquanto outras sofreram ainda mais pressão por parte da Secretaria de Educação, resultando na carência de profissionais em diversas unidades nesta manhã. Esse é um problema grave, e questionou a Secretaria de Educação sobre as providências que serão tomadas. Será que o órgão pretende remanejar servidores para cumprir uma jornada maior, mesmo sem o pagamento de horas extras? A situação das monitoras e dos monitores dos ônibus escolares, os chamados "amarelinhos", é um exemplo crítico: estão trabalhando cerca de 12 horas por dia desde o início das aulas, há três meses, sem receber qualquer valor referente às horas extras. Diante disso, questionou a Secretaria: há alguém trabalhando de graça? Há ônibus funcionando sem combustível? Pois há pessoas prestando serviço sem remuneração adequada. Até quando a Secretaria de Educação continuará explorando essas trabalhadoras e esses trabalhadores? A informação é de que situações semelhantes também estão ocorrendo em outras áreas, como a saúde. Será que essa é a forma que a prefeitura encontrou para conter gastos e fazer caixa, colocando pessoas para trabalhar sem pagamento? O gabinete da vereadora tem recebido uma série de denúncias que serão devidamente encaminhadas. Encerrou sua fala com um recado ao governo e à Secretaria de Educação: toda denúncia recebida, relacionada a violações de direitos trabalhistas, será tratada com seriedade, inclusive com o acionamento do Ministério Público, se necessário. Após tanta luta para conquistar direitos, a população vê um prefeito que, em apenas cinco meses de governo, já adota medidas como o corte de horas extras e o desrespeito às conquistas históricas dos trabalhadores. A Comissão de Educação não deixará que isso passe despercebido. Haverá articulação com outras vereadoras e vereadores para garantir que os direitos trabalhistas sejam respeitados. Agradeceu e despediu-se. **2) LÉO FRANÇA, PSB** – Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Parabenizou o prefeito Rubens Bomtempo pelo mandato, destacando sua trajetória. Em seguida, relatou que, durante a audiência do dia anterior, foi alertado pelo vereador Thiago Damaceno sobre a entrada de um Projeto de Lei que altera a Lei Municipal nº 5169, de 10 de janeiro de 1995, com o objetivo de criar o cargo de proficional de Educação Física na área da saúde. Na manhã seguinte, ao analisar o projeto, o vereador constatou que a justificativa apresentada parece ter sido copiada de outro documento, sem a devida adaptação, o que chamou de "processo do copia e cola". Criticou duramente a chefe de gabinete do prefeito, afirmando que ela deveria ter mais sensibilidade e atenção, demonstrando, segundo ele, falta de zelo com o conteúdo legislativo. Leu em plenário um trecho da justificativa do projeto, que dizia: "Desde o início do nosso quarto mandato, seguimos implantando e ampliando serviços de saúde essenciais...", o que, segundo o vereador, evidencia que o texto foi retirado de outra proposta sem revisão, já que apenas o prefeito Rubens Bomtempo teria exercido quatro mandatos. Declarou que esse tipo de prática é inadmissível e sugeriu que, se o prefeito tivesse responsabilidade, teria exonerado a secretária. O vereador também retomou a denúncia feita no início do ano ao Tribunal de Contas, relativa ao aumento de 70% nos salários do prefeito, vice-prefeito e secretários, aprovado em 20 de dezembro de 2024. Criticou o fato de o projeto não ter passado por nenhuma comissão e de o estudo de impacto financeiro apresentar falhas. Disse ainda que o próprio prefeito, mesmo votando a favor, não sancionou a lei, devolvendo-a à Câmara para promulgação, o que motivou a denúncia. Na semana anterior, houve decisão da conselheira Mariana Montebela, no processo TCRJ nº 200.613-5/2025, apontando possíveis irregularidades e solicitando esclarecimentos em até 10 dias. Enfatizou que, mesmo que o aumento não seja ilegal, é imoral, e criticou a postura do prefeito, ironizando seu comportamento público. Abordou também o contrato firmado para a realização da Expo Petrópolis com a empresa MRC Entretenimento, destacando que o Comitê Gestor do Parque Municipal, incluindo o vereador Gil Magno, não foi sequer consultado. Leu trechos do contrato, apontando que o valor pago pela cessão do parque foi de apenas R$ 35 mil. Também mencionou que a empresa Crazy Park teria pago apenas R$ 5 mil por cerca de 80 dias de ocupação, o que equivaleria a cerca de R$ 64 por dia, valor que classificou como "criminoso". Informou que, pelo contrato, a empresa seria responsável por serviços como limpeza, segurança, atendimento médico com ambulância e UTI, exigências que, segundo ele, não foram cumpridas. Ressaltou a gravidade do caso e afirmou que há omissão por parte do governo municipal. O vereador relatou que, naquele dia, foi abordado por seu amigo Dr. Aloísio, que o questionou sobre o B.A.M., onde afirmou que teve acesso ao B.A.M. O parlamentar afirmou que havia comentado sobre o tema no dia anterior, reiterando que, enquanto estiver no mandato, continuará exercendo seu papel de fiscalização. Em seguida, destacou um episódio ocorrido na UPA, envolvendo uma médica da qual afirmou confiar, que atestou que um jovem havia dado entrada na unidade no dia 03/05/2025 às 1h13 já em óbito. Segundo ele, o documento emitido no IML também apontava que o jovem faleceu na própria UPA. Considerou o caso como um exemplo de falta de empatia e sensibilidade. O vereador apontou ainda que, de acordo com o contrato e seu extrato, os brinquedos do evento deveriam ser desligados à meia-noite, mas continuaram funcionando até 0h40. Questionou se houve pagamento de hora extra e criticou o silêncio do governo diante da situação. Acrescentou que, embora o extrato publicado mencionasse R$ 5.000, havia, segundo ele, R$ 75.000 em ingressos envolvidos. Perguntou como esses ingressos foram negociados, quem os recebeu e como foram distribuídos, sugerindo que poderiam ter sido usados para fins políticos. Classificou o ocorrido como "política criminosa", devido ao óbito no evento, e lamentou que nem mesmo o sepultamento tenha sido custeado pela prefeitura, embora a família tivesse um plano funerário, afirmou que nenhuma ajuda foi sequer oferecida. Segundo o vereador, no dia seguinte, o pai do jovem encontrava-se desesperado no IML e a responsável designada para lidar com a situação, a senhora Adriana, não tinha, segundo ele, capacidade nem conhecimento para o cargo. Anunciou que apresentará um requerimento para convocar o senhor Rodrigo Paiva, apontando-o como o verdadeiro responsável por todos os eventos da cidade. Afirmou que é preciso responsabilidade na condução de tais atividades e declarou que, em mandato anterior, mesmo após deixar a COMDEP, chegou a viajar a Brasília com recursos próprios diferentemente, segundo ele, do que ocorre atualmente, com o senhor Rodrigo Paiva e o prefeito organizando eventos que considerou "criminosos". Concluiu dizendo que agora há uma família enlutada, e que ninguém se responsabilizou pelo jovem falecido. Afirmou que, enquanto estiver na Câmara, não apoiará projetos dessa natureza, pois os considera criminosos e incompatíveis com o compromisso de responsabilidade pública. Agradeceu e despediu-se. Registre-se que o Vereador Dr. Aloísio solicitou que constasse em ata a fala do Vereador Léo França onde relatou que teve acesso ao B.A.M; Ato contínuo. 3**) JÚLIA CASAMASSO, PSOL**– Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Comentou sobre a audiência pública realizada na noite anterior naquela Casa Legislativa, que contou com a presença de servidores municipais e representantes sindicais. Lamentou a ausência de representantes do Poder Executivo, o que, segundo ela, dificultou a abertura de um diálogo efetivo sobre temas fundamentais como a recomposição salarial dos servidores e a proposta de reforma da previdência municipal, já protocolada na Câmara. Afirmou que esse foi apenas o primeiro passo em direção a uma recomposição salarial justa para os servidores das áreas da educação, saúde e assistência social. Também destacou o debate em torno do Decreto nº 55, que, segundo ela, promove a terceirização em massa dos serviços públicos no município, o que classificou como um processo de precarização das relações de trabalho. Mencionou a fala da professora Lívia sobre o desligamento de trabalhadores terceirizados das unidades escolares, o que considerou extremamente preocupante. Exemplificou com casos de escolas de tempo integral que contam com apenas uma cozinheira ou um único auxiliar de serviços gerais, o que julga ser inadmissível. Advertiu que, nessa condição, há risco de as unidades escolares não conseguirem atender adequadamente os alunos da rede pública. Relatou ter encaminhado requerimentos de informação e destacou seu projeto de lei em tramitação na Casa, que prevê a necessidade de deliberação com a gestão e a comunidade escolar antes de qualquer desligamento de trabalhadores terceirizados. Reiterou sua defesa pela valorização dos profissionais da educação e de todas as secretarias, bem como a realização de concursos públicos, uma vez que, em sua visão, o modelo de terceirização representa instabilidade, ausência de garantias e, possivelmente, um custo maior ao município do que o vínculo efetivo com servidores concursados. Reafirmou seu posicionamento pela revogação do Decreto nº 555, mencionando as frequentes denúncias recebidas contra a empresa Capital, que incluiram atrasos de pagamento, demissões irregulares e outras práticas trabalhistas problemáticas. Mudando de tema, abordou a situação do transporte público na comunidade do Alto do Boa Vista. Relatou que, anteriormente, a linha era operada pela empresa Cascatinha com dois ônibus, garantindo uma frequência de meia em meia hora. No entanto, desde a operação emergencial pela empresa Cidade das Hortênsias, apenas um ônibus atende à linha, o que foi aceito provisoriamente pela comunidade. Contudo, prestes a completar um ano desse contrato emergencial, considerou inaceitável que o serviço continue operando em caráter reduzido, gerando sérios transtornos à população. Denunciou ainda a postura da empresa, que teria ameaçado retirar o único ônibus atualmente em circulação. Criticou o alto valor da tarifa de ônibus, considerada uma das mais caras do estado, frente à má qualidade do serviço prestado. Aproveitou para cobrar da CPTrans a publicação do relatório mensal de quebras dos ônibus, conforme legislação vigente. Salientou que o relatório referente a abril, previsto para o dia 10 do mês anterior, ainda não foi publicado, e que já se aproxima a data do próximo relatório. Por fim, denunciou mais uma grave situação: trabalhadores terceirizados daquela Casa Legislativa estariam sem receber suas rescisões contratuais. Informou que os contratos foram encerrados no dia 17 do mês anterior e que o prazo legal de 10 dias para pagamento das verbas rescisórias venceu no dia 27, sem qualquer providência por parte da empresa contratada. Lembrou que os mesmos trabalhadores já haviam enfrentado atrasos em salários, vales transporte e alimentação. Reforçou que várias rescisões foram assinadas e, segundo denúncias, ignoradas, o que classificou como inaceitável. Encerrando, cobrou da Mesa Diretora uma postura firme, solicitando que os trabalhadores demitidos fossem tratados com respeito e dignidade. Frisou que a maioria dos funcionários daquela Casa são terceirizados, e que é graças ao trabalho deles que as sessões plenárias continuam sendo realizadas. Finalizou pedindo que a empresa responsável, ao menos, preste esclarecimentos aos trabalhadores que aguardam o pagamento de seus direitos. Agradeceu e despediu-se. 4**) THIAGO DAMACENO, PSDB**– Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou a relevância das discussões feitas nesta Casa Legislativa e como a população está atenta ao que acontece. Mencionou ter recebido uma mensagem, cuja autoria foi omitida por questão de privacidade, na qual a pessoa relatava o caso de uma eleitora, que também é sua comadre, que está se afundando no vício das apostas online. A situação era ainda mais grave, pois ela estava utilizando até mesmo o dinheiro do neto, que recebe do governo por ser portador de uma anomalia, para apostar. O vereador ressaltou a importância dessa mensagem, pois ela reflete o impacto das discussões feitas na Câmara e como essas questões estão sendo acompanhadas de perto pela população. Ele frisou, ainda, como a matéria sobre o projeto contra as apostas online, discutida na casa, é de extrema relevância, pois muitas famílias estão sofrendo com o vício e as perdas financeiras causadas por essas apostas. Falou sobre a campanha **Maio Amarelo**, que visa a conscientização sobre a educação no trânsito, com o objetivo de reduzir sinistros, acidentes e mortes. Ele relatou que esteve presente no lançamento da campanha, realizado no Palácio de Cristal, e destacou o impacto da iniciativa. O tema deste ano da campanha é *"Desacelere – o nosso bem maior é a vida"*, enfatizou que a mensagem de desacelerar não se refere apenas à redução da velocidade no trânsito, mas também ao controle das emoções, como raiva e impaciência, que frequentemente afetam os motoristas. Ele elogiou a prefeitura, em especial a Companhia de Trânsito e Transporte (CPTrans), pelo apoio à campanha, assim como a participação das autoescolas da cidade, que estão contribuindo voluntariamente para ministrar palestras nas escolas e em outros locais. Concluiu seu comentário sobre a campanha ressaltando a importância de todos estarem atentos e apoiarem a iniciativa. Mencionou o projeto de lei que apresentou recentemente na Câmara, em resposta ao incidente ocorrido no último final de semana no Crazy Park. Embora tenha destacado que nada pode trazer de volta a vida do jovem João Vitor, o vereador enfatizou a necessidade de pensar em mecanismos que melhorem o arcabouço legal e as formas de fiscalização, para evitar que situações semelhantes se repitam no futuro. O projeto de lei propõe normas de segurança mais rigorosas para a concessão de alvarás de funcionamento para parques de diversões, carretas da alegria, circos e atrações similares. Explicou que, além da documentação prevista na legislação atual, a proposta exige laudos técnicos, aprovados pelo corpo de bombeiros, atestando a segurança e o bom estado de manutenção dos equipamentos e brinquedos, bem como a exibição das datas das últimas vistorias de forma visível ao público. Afirmou que a intenção do projeto não é criar mais burocracia, mas garantir maior segurança para a população. A proposta também inclui a criação de uma semana de conscientização sobre segurança e a obrigatoriedade de que as empresas apresentem um histórico de sua atuação em outros municípios, evitando que empresas com histórico de problemas em outros locais operem na cidade. Pediu o apoio dos demais vereadores para que o projeto seja discutido com urgência na sessão seguinte. Agradeceu e despediu-se. Registre-se que a Vereadora Júlia Casamasso solicitou que constasse em ata a sua fala onde relatou que o contrato da empresa de Sá terceirizada, foi assinado pela então secretária Márcia Palma. E o decreto 555 do dia 18 de agosto de 2023 foi assinado por quem? O presidente da comissão de trabalho e servidores públicos vai se comprometer em fazer um projeto de decreto legislativo para a revogação do decreto 555?. Ato contínuo. Agradeceu e despediu-se. 5**) TIAGO LEITE, PSD**– Iniciou a sua fala cumprimentando os demais Vereadores, os presentes, a imprensa e os telespectadores. Destacou a relevância do debate ocorrido nesta Casa, enfatizando que o diálogo entre os vereadores Léo França e Dr. Aloísio é sempre essencial. Ressaltou que o ocorrido no parque foi uma situação muito triste para todo o município de Petrópolis, mas fez uma reflexão sobre a dor da mãe da vítima. Afirmou que o debate precoce na Casa pode ser interpretado como uma falta de respeito com a família, já que as autoridades investigativas estão trabalhando no caso e ainda não há uma conclusão definitiva sobre o ocorrido. Acredita que essa discussão na Casa pode prejudicar as investigações, uma vez que, até o momento, o que se tem são apenas especulações. Elogiou a atuação do vereador Thiago Damaceno, que propôs projetos de lei para evitar que incidentes como o do parque aconteçam novamente. No entanto, destacou que é fundamental respeitar o luto da família e não tomar decisões precipitadas ou dar declarações irresponsáveis, quando ainda não se sabe o que realmente aconteceu. Sugeriu que a melhor atitude neste momento é aguardar a conclusão do inquérito pela Polícia Investigativa para que, como parlamentares, os vereadores possam agir de maneira justa e tomar as providências cabíveis dentro de sua competência. Concluiu sua fala agradecendo pela oportunidade e parabenizando o vereador Thiago Damaceno pelo projeto apresentado, oferecendo apoio e destacando sua gratidão pelas boas ideias e propostas do colega. Agradeceu e despediu-se. Registre-se que o Vereador Tiago Leite solicitou que constasse em ata para verificar se o Vereador Léo França está recebendo o salário com aumento; Encerrada a **FALA DOS VEREADORES E VEREADORAS**, e **NADA MAIS HAVENDO A TRATAR**, a Presidência, às dezoito horas e quarenta e quatro minutos declarou encerrada a presente sessão, convocando os Senhores Vereadores e Vereadoras para a próxima sessão, que ocorrerá em oito de maio de dois mil e vinte e cinco, às dezesseis horas. Escrevo, atesto e assino para fazer constar, Vinicius Martins Assessor para Procedimentos Públicos. Registre-se e publique-se.

Vinicius Martins